Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões
ISSN 2358-3037

Do Concílio Vaticano II ao Sínodo da Amazônia: ecologia integral e retomada da Teologia da Libertação no pontificado de Francisco (2013 – 2025)

From the Second Vatican Council to the Synod on the Amazon: Integral Ecology and the Revival of Liberation Theology During the Pontificate of Pope Francis (2013–2025)

João Victor Martins Toledo Guidotti[1]

Resumo: Este artigo analisa os desdobramentos do Concílio Vaticano II (1962–1965) na América Latina, com especial atenção à sua recepção nas conferências do CELAM e à emergência da Teologia da Libertação. Argumenta-se que a opção preferencial pelos pobres, consolidada em Medellín (1968) e Puebla (1979), constitui um fio condutor que chega até o pontificado de Francisco (2013 – 2025), particularmente nas propostas da encíclica *Laudato Si'* (2015) e do Sínodo da Amazônia (2019). A hipótese defendida é de que a ecologia integral, tal como elaborada no magistério recente, deve ser compreendida como atualização conciliar da Teologia da Libertação, ao articular de forma inseparável a defesa da Terra e a defesa dos pobres. Conclui-se que o Sínodo da Amazônia representa, sessenta

Recebido em 10 de dezembro de 2025
Aceito 21 de setembro de 2026

[1] Mestre em Sociologia pelo Programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Atualmente é aluno de doutorado no mesmo programa. É licenciado em História pelo Centro Universitário Barão de Mauá. http://lattes.cnpq.br/2800751220698480

anos depois, uma nova etapa do *aggiornamento* iniciado no Vaticano II, atualizando sua mensagem em perspectiva socioambiental e latino-americana.

Palavras-chave: Concílio Vaticano II; CELAM; Teologia da Libertação; Ecologia integral; Sínodo da Amazônia.

Abstract: This article analyzes the unfolding of the Second Vatican Council (1962–1965) in Latin America, with particular attention to its reception in the CELAM conferences and the emergence of Liberation Theology. It argues that the preferential option for the poor, consolidated in Medellín (1968) and Puebla (1979), provides a guiding thread that reaches the pontificate of Pope Francis, especially through the encyclical Laudato Sí (2015) and the Amazon Synod (2019). The central hypothesis is that integral ecology, as developed in recent Catholic teaching, should be understood as a conciliar updating of Liberation Theology, by inseparably linking the defense of the Earth and the defense of the poor. The article concludes that the Amazon Synod represents, sixty years later, a new stage of the aggiornamento initiated by Vatican II, renewing its message in a Latin American and socio-environmental perspective.

Keywords: Second Vatican Council; CELAM; Liberation Theology; Integral Ecology; Amazon Synod

E ao invés do grito do pobre e do grito da Terra haverá a celebração comum dos redimidos e dos

libertos, os seres humanos em sua casa de origem, na boa, na grande e na generosa Mãe Terra.[2]

Introdução

O Concílio Vaticano II (1962–1965) representou um marco na história da Igreja Católica, abrindo espaço para uma nova forma de presença da Igreja no mundo moderno. Documentos como *Gaudium et Spes* (1965), *Lumen Gentium* (1964) e *Ad Gentes* (1965) redefiniram as bases da eclesiologia, sublinhando o papel do laicato, a responsabilidade da Igreja diante das questões sociais e a necessidade de um diálogo intercultural e inter-religioso. A proposta conciliar de uma Igreja em saída e para os pobres, que "[...] participa nas suas alegrias e dores, conhece as suas aspirações e os problemas da sua vida [...]" (Ad Gentes, 12), rompeu com uma postura de retraimento em relação ao mundo e inaugurou uma etapa de forte engajamento pastoral e social.

Na América Latina, essa abertura encontrou eco imediato nas Conferências do Episcopado Latino-Americano (CELAM), especialmente em Medellín (1968) e Puebla (1979). Nesse mesmo contexto emergiu a Teologia da Libertação, um movimento teológico-pastoral que reinterpretou a fé a partir da realidade histórica dos pobres, formulando a conhecida "opção preferencial pelos pobres". Essa opção tornou-se um dos legados mais significativos da recepção latino-americana do Concílio, marcado profundamente a reflexão teológica e a prática eclesial no continente.

Embora tenha sofrido resistências durante os pontificados de João Paulo II e Bento XVI, essa matriz teológica permaneceu como referência, particularmente em comunidades de base, movimentos sociais e setores eclesiais comprometidos com a justiça social. Com a eleição do Papa Francisco, em 2013, observou-se um empenho de retomada explícita desse espírito conciliar e latino-americano. Movimentos como a encíclica *Laudato Si'* (2015) e o Sínodo da Amazônia (2019) representam momentos privilegiados dessa atualização, ao articular a dimensão social (do Concílio e da Teologia da Libertação) e a dimensão ecológica em um mesmo horizonte, qual seja, a ecologia integral:

> [...] uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a

[2] BOFF, L. *Ecologia:* Grito da terra, grito dos pobres. São Paulo: Ática, 1995, p. 178.

> justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres.[3]

A hipótese que guia este artigo é a de que a ecologia integral, tal como formulada no magistério recente, pode ser entendida como uma atualização conciliar da Teologia da Libertação, na medida em que une de modo inseparável o "grito dos pobres" e o "grito da Terra".[4] Para demonstrar essa hipótese, o artigo percorre inicialmente o legado do Concílio Vaticano II e a forma como foi recebido na América Latina, sobretudo nas conferências do CELAM. Em seguida, analisa-se a emergência da ecologia como novo eixo teológico propulsionado pela Teologia da Libertação, em continuidade com a opção preferencial pelos pobres. Por fim, busca-se compreender de que maneira o pontificado do Papa Francisco sintetizou esse itinerário por meio do Sínodo da Amazônia, ao mesmo tempo em que enfrentou tensões eclesiais que marcaram a recepção do Concílio. Sessenta anos depois, a leitura dos desdobramentos do Vaticano II a partir da América Latina permite perceber que a herança do Concílio permanece viva, não apenas como memória, mas também como horizonte dinâmico de atualização. Nesse esteio, a proposta conciliar de uma Igreja aberta ao mundo se desdobra, no presente, em uma Igreja que busca assumir um "rosto amazônico", capaz de unir justiça social e cuidado ecológico como expressões de uma mesma missão.

1. O Concílio Vaticano II e seus desdobramentos

O Concílio Vaticano II representou uma virada histórica na trajetória da Igreja Católica, ao propor uma renovação pastoral e doutrinária que buscava responder aos desafios do mundo contemporâneo. Diferentemente dos concílios anteriores, marcados pela defesa da ortodoxia e pela condenação de heresias, o Vaticano II se caracterizou por uma atitude de diálogo e escuta, buscando reconciliar a tradição cristã com as transformações culturais, sociais e científicas do século XX. Essa abertura, inspirada no princípio de *aggiornamento* proposto pelo papa João XXIII, redefiniu o papel da Igreja no mundo contemporâneo e inaugurou uma nova compreensão de sua missão. Contudo, a amplitude das reformas conciliares gerou

[3] FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Laudato Si'*: Sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015, p. 49.
[4] BOFF, 1995.

leituras divergentes e tensões internas, refletidas nas diferentes formas de recepção conciliar nos diversos contextos locais.

Três documentos conciliares são particularmente relevantes para o tema deste artigo. Em primeiro lugar, a constituição pastoral *Gaudium et Spes* (1965), que redefiniu a posição da Igreja diante das realidades sociais, reconhecendo que as "As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem [...]"[5] eram também as da Igreja. Essa postura rompeu com uma tradição de fechamento institucional e colocou a Igreja em diálogo direto com os problemas sociais da pobreza, da justiça e da paz. Em segundo lugar, a constituição dogmática *Lumen Gentium* (1964), que introduziu a noção de "povo de Deus", ampliando a participação do laicato e descentralizando o modelo piramidal de Igreja, vigente desde a Idade Média. Por fim, o decreto *Ad Gentes* (1965) destacou a dimensão missionária da Igreja e sua necessidade de encarnar-se nas culturas locais, o que abriria caminho para uma recepção criativa em regiões como a América Latina.

A partir desses documentos, consolidou-se uma imagem de Igreja "em saída" aberta ao diálogo ecumênico e inter-religioso, mas também profundamente implicada nas questões sociais. Uma análise precisa dos movimentos conciliares evidencia que essa mudança representava, além de uma atualização pastoral, também um deslocamento teológico fundamental: a passagem de uma eclesiologia de poder para uma eclesiologia de comunhão.[6] Essa ênfase na participação coletiva (inclusive dos leigos) e no compromisso com o mundo contemporâneo forneceu o solo fértil para o florescimento de novas experiências eclesiais, sobretudo orientadas por contextos regionais.

Na América Latina, essa recepção assumiu contornos particulares. Como destaca o teólogo José Oscar Beozzo[7], o Vaticano II não foi simplesmente aplicado no continente, mas reinterpretado a partir da realidade concreta das maiorias pobres e marginalizadas.

---

[5] *Constituição Gaudium et Spes*. In *Documentos do Concílio Vaticano II*: constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1966, p. 1.

[6] SILVA, M. F. da. Uma eclesiologia de comunhão. *Revista de Cultura Teológica*, [S. l.], n. 76, p. 119–137, 2013. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/culturateo/article/view/14996. Acesso em: 6 maio. 2026.

[7] BEOZZO, J. O. O Vaticano II e as transformações culturais na América Latina e no Caribe. *Ciberteologia*: *Revista de Teologia e Cultura*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 1-44, dez. 2005. Disponível em: https://ciberteologia.com.br/images/post/pdf/edicao_20231220110844.pdf. Acesso em: 05 maio 2026.

Essa recepção encontrou sua expressão mais clara na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín (1968), que traduziu a proposta conciliar em uma "opção preferencial pelos pobres". O teólogo Gustavo Gutiérrez[8], em sua obra fundadora "Teologia da Libertação", já apontava que a teologia não poderia se restringir a definições doutrinárias, mas deveria comungar do compromisso com a transformação da realidade social.

Essa recepção, contudo, não ocorreu sem resistências. Enquanto setores progressistas da Igreja viam no Concílio a legitimação para uma aproximação radical com os pobres, setores conservadores denunciavam esses desenvolvimentos como distorções da tradição ou movimentos heréticos. As décadas seguintes confirmam que o Vaticano II abriu um campo de disputas hermenêuticas: para uns, um convite ao engajamento social; para outros, um risco de politização progressista da fé.

Apesar dessas tensões, o fato é que o Concílio forneceu as bases teológicas e pastorais para que a América Latina se tornasse um dos lugares mais receptivos de suas atualizações. A noção de "povo de Deus" ganhou densidade em comunidades eclesiais de base (CEBs); a ideia de Igreja encarnada encontrou expressão na pastoral popular e a abertura às questões sociais convergiu na formulação de uma teologia comprometida com a libertação integral dos indivíduos.

Sessenta anos depois, ao revisitar os desdobramentos do Concílio, torna-se evidente que seu legado não se encerrou nos textos por ele promulgados, mas se prolonga nos processos históricos que ajudou a desencadear. A opção preferencial pelos pobres é a prova de que o Vaticano II continua a gerar novas formas de pensar e viver a fé. Esse itinerário, longe de estar concluído, encontrou no pontificado de Francisco (2013 – 2025) uma nova etapa de atualização, onde a Teologia da Libertação pôde se reconfigurar e respirar novamente, em diálogo também com os desafios socioambientais.

2. O CELAM e a recepção latino-americana

A recepção do Concílio Vaticano II na América Latina foi um processo criativo e contextualizado. As Conferências do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), particularmente Medellín (1968), Puebla (1979) e Aparecida (2007) foram os marcos históricos que traduziram o espírito conciliar à realidade do continente. Nelas, o projeto de uma Igreja atualizada, preocupada com os pobres e em

[8] GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação*. 6. ed. Petrópolis: Vozes. 1986.

diálogo constante frente às transformações sociais, adquiriu uma densidade política e pastoral inédita.

A Conferência de Medellín, realizada três anos após o encerramento do Concílio, foi o momento fundador dessa recepção criadora. Medellín, além de aplicar o Vaticano II à América Latina, reinterpretou seus princípios à luz de um continente marcado por desigualdade, dependência e exclusão estrutural. Foi nesse encontro que os bispos latino-americanos afirmaram, de forma explícita a opção preferencial pelos pobres como novo eixo hermenêutico da pastoral e da teologia. Essa formulação, inspirada tanto pela Gaudium et Spes quanto pela experiência das comunidades de base (CEBs), colocou no centro da reflexão teológica as realidades concretas de opressão que atravessam a América Latina:

> Da mesma forma que não haveria Medellín sem o Vaticano II, não teria havido a Teologia da Libertação sem Medellín. É Medellín que vai dar à nova teologia suas categorias fundamentais, tais como: opção pelos pobres, pecado social, libertação integral; a unidade da história da humanidade e da salvação, a relação intrínseca entre evangelização e promoção humana [...].[9]

No mesmo esteio, a Conferência de Puebla (1979) reafirmou essa opção, embora num contexto já atravessado por tensões com a Santa Sé. Sob o pontificado de João Paulo II, o Vaticano passou a olhar com cautela os desdobramentos teológicos e políticos do pós-Medellín. Ainda assim, o documento final de Puebla manteve a centralidade do pobre na dinâmica de prioridades da Igreja, e introduziu uma importante ampliação conceitual: a de "que devemos ver nos rostos dos pobres da América Latina (indígenas, afro-americanos, desempregados e subempregados, camponeses sem terra, operários, etc.) 'os traços do Cristo sofredor, o Senhor que nos questiona e interpela [...]"[10].

Já a Conferência de Aparecida (2007), da qual o então cardeal Jorge Mario Bergoglio (futuro Papa Francisco) foi relator da comissão de redação, recolheu o legado de Medellín e Puebla em um novo contexto histórico. Embora marcada por um tom mais pastoral e menos confrontativo, Aparecida reafirmou a continuidade do

[9] BRIGHENTI, Agenor. Medellín e teologia da libertação: muito mais que uma relação histórica. *Horizonte*, Belo Horizonte, v.16, n.50, pp.544-575, mai. 2018, p. 546.
[10] CELAM. *Conclusões de Puebla*. São Paulo: Loyola, 1982, § 5.

caminho libertador, evidenciando o teor prático das comunidades de base (CEBs) como expressão da opção preferencial pelos pobres.[11]

A trajetória do CELAM demonstra a efetividade do Concílio Vaticano II como um fenômeno global cuja vitalidade dependeu de suas diferentes recepções locais. Na América Latina, essa recepção assumiu uma forma teológico-pastoral *sui generis*, que ligou a fé cristã à história concreta dos povos oprimidos. Ao longo de cinco décadas, as conferências episcopais foram reatualizando o horizonte conciliar, até culminar, sob o pontificado de Francisco, na ecologia integral e na revitalização de uma Igreja sinodal e popular. O papa argentino, formado na experiência eclesial latino-americana e herdeiro direto desse itinerário, retomou, durante seu pontificado, o espírito conciliar em perspectiva universal, unindo justiça social e cuidado da casa comum como expressões inseparáveis da missão cristã.

3. Ecologia integral como novo eixo teológico

A aproximação entre a Teologia da Libertação e as preocupações ecológicas não é fruto de uma casualidade recente, mas o resultado de uma evolução teológica interna à própria lógica libertadora. Os anseios de libertação social levaram à percepção de que a mesma estrutura de dominação que explora o pobre e o trabalhador é também a que devasta a natureza. Leonardo Boff expressa essa percepção ao apontar que o cuidado ambiental não se trata de uma nova agenda, mas é o desdobramento natural da opção preferencial pelos pobres:

> [...] ficou claro que a mesma lógica que explora os oprimidos e as classes empobrecidas, explora também a natureza e a Terra. [...]. Dentro da categoria *pobre* deve ser incluído o Grande Pobre que é a Terra, [...]. Portanto, não foi por fatores extrínsecos que a Teologia da Libertação incorporou o discurso ecológico, mas derivando-o de sua própria lógica interna que confere centralidade ao pobre e ao oprimido.[12]

---

[11] *DOCUMENTO DE APARECIDA*: Texto Conclusivo da V Conferência do Episcopado Latino-americano e do Caribe, edições CNBB, Paulinas, Paulus, 2007, § 179.

[12] BOFF, L. Ecologia e Teologia da Libertação. *Leonardo Boff*, 04.12.2019. Disponível em <https://leonardoboff.org/2019/12/04/ecologia-e-teologia-da-libertacao/>. Acesso em 23 set. 2025, n.p.

Esse escopo ganhou densidade teológica nas últimas décadas, especialmente com o desenvolvimento do conceito de ecologia integral, sistematizado na encíclica *Laudato Si'* (2015). Para o Papa Francisco, "tudo está interligado"[13]: o grito da Terra e o grito dos pobres são dois clamores inseparáveis, expressões de um mesmo desequilíbrio estrutural. Essa formulação retoma o núcleo ético e político da Teologia da Libertação, mas o amplia, articulando o social e o ambiental como dimensões indissociáveis da injustiça contemporânea.

A ecologia integral proposta por Francisco, no entanto, não reduz o cuidado com o meio ambiente a uma mera questão técnica ou científica, mas o insere em uma visão teológica da criação como "casa comum"[14]. Trata-se, portanto, de uma teologia do vínculo: uma nova forma de compreender a relação entre Deus, o ser humano e o mundo criado. Ela propõe um paradigma relacional e comunitário, no qual toda a criação participa de uma mesma dignidade ontológica. Essa mudança de paradigma tem consequências teológicas e políticas: implica também reconhecer que a destruição ambiental é um pecado ecológico e capital[15]. e que o cuidado com o planeta também é uma exigência da justiça social.

Nesse sentido, ansiar pela libertação integral dos pobres é dever de quem busca um desenvolvimento integral ecológico, "uma globalização sem marginalização", onde mecanismos sustentáveis promovam ao mesmo tempo: o cuidado da casa comum e a manutenção da vida dos menos favorecidos, porquanto assegurem aos pobres "uma educação adequada que desenvolva as suas capacidades e empoderamento"[16].

Junto à ecologia integral surge um conceito-chave que expressa a aliança entre teologia e a preocupação ambiental: a ecoteologia, que "articula a ciência ou hermenêutica da fé (teologia) com o saber, as práticas sustentáveis e o paradigma que constituem a ecologia"[17]. Na análise de Murad, esse conceito está indissoluvelmente associado ao

---

[13] FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Laudato Si'*: Sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

[14] FRANCISCO, 2015, § 13.

[15] BOFF, 1995.

[16] FRANCISCO, Papa. *Querida Amazônia*: Exortação Apostólica pós-sinodal ao povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade. Coleção "Voz do Papa". Doc. 209. São Paulo: Paulinas, 2020, § 17.

[17] MURAD, A. Ecoteologia: ciência da fé e espiritualidade. *Revista Pistis & Praxis*, *[S. l.]*, v. 12, n. 3, 2020, p. 521. Disponível em: https://doi.org/10.7213/2175-1838.12.003.DS01. Acesso em: 12 ago. 2026.

Concílio Vaticano II e aos eventos que o sucederam, sobretudo aqueles da América Latina:

> Trata-se de uma nova perspectiva de pensar a fé, viver a espiritualidade e atuar no mundo. É uma corrente teológica contemporânea, legítima herdeira do Concílio Vaticano II, da Conferência de Medellín e da Teologia da Libertação, sob a ótica da consciência planetária. [18]

No plano político e pastoral, a ecologia integral confronta diretamente o modelo tecnocrático e a lógica do lucro ilimitado, denunciados em *Laudato Si'*. Francisco retoma, assim, a crítica estrutural do capitalismo já presente em Medellín, reinterpretando-a em chave ecológica. A exploração do trabalhador e a destruição da Terra são, em última instância, duas faces de um mesmo sistema de dominação. Nesse sentido, a ecologia integral representa uma continuidade do espírito conciliar e libertador, que agora se expande para incluir toda a criação como sujeito da redenção.

4. O pontificado de Francisco e as tensões intereclesiais

O pontificado do Papa Francisco, iniciado em 2013, marcou uma inflexão significativa na trajetória recente da Igreja Católica, recolocando no centro do magistério temas que haviam sido marginalizados nas décadas anteriores: pobreza, justiça social, diálogo intercultural e cuidado com a criação. Pode-se dizer que, durante os anos em que esteve no comando da Igreja (2013 – 2025), o papa argentino recolocou em movimento o Concílio Vaticano II, não apenas por retomar sua linguagem pastoral e sinodal, mas por reinterpretá-la a partir da experiência latino-americana. Francisco representa, nesse sentido, a tradução contemporânea do *aggiornamento* conciliar em chave planetária.

Essa retomada, todavia, não ocorreu sem resistências. Durante os pontificados de João Paulo II (1978–2005) e Bento XVI (2005–2013), a Igreja experimentou um processo de recentralização e endurecimento doutrinário e disciplinar, que reduziu significativamente o espaço para experiências teológicas plurais. A Teologia da Libertação foi, nesse contexto, submetida a forte vigilância. Como lembra o teólogo Leonardo Boff, tratou-se de um

[18] MURAD, 2020, p. 520.

período de "contrarreforma", uma "tentativa de sustar um processo de modernização (*aggiornamento*) que irrompera na Igreja a partir dos anos 60"[19]. Nesse processo, a ênfase na ortodoxia doutrinária obscureceu e sufocou a dimensão pastoral e social não só da Teologia da Libertação, mas também do Concílio.

Ao assumir o papado após um período de crises intereclesiais, escândalos e cismas, Francisco propôs deslocamentos profundos no horizonte da Igreja frente ao mundo contemporâneo. Em seus escritos, encíclicas e exortações apostólicas, Francisco demonstrou o desejo de moldar um estilo de Igreja que fosse "uma Igreja em saída"[20], disposta a dialogar e a confrontar as estruturas de poder que geram exclusão social e destruição ambiental.

A encíclica *Laudato Si'* (2015) e a exortação *Querida Amazônia* (2020) ampliam esse horizonte, reafirmando a inseparabilidade entre justiça social e ecológica. O pontífice argumenta que "uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres"[21]. Nessa perspectiva, o cuidado com os pobres e com a Terra são lidos como dimensões convergentes da missão evangelizadora. Contudo, essa reorientação gerou intensas tensões dentro da própria Igreja. Setores conservadores acusaram o pontificado de promover uma "agenda ideológica" ou de relativizar princípios doutrinários, de modo que diversos bispos e até mesmo cardeais se manifestaram contra os escritos e decisões de Francisco.

Essas disputas revelam que o Vaticano II permanece um campo de batalha hermenêutica. Francisco encarnou uma leitura mais ampla do Concílio, buscando inclusive reconfigurar o modelo de autoridade eclesial. Sua insistência em uma Igreja sinodal (participativa, descentralizada e orientada pela escuta) traduz a noção de "Povo de Deus" de Lumen Gentium em um paradigma organizativo. A importância dos sínodos é reiterada constantemente pelo pontificado de Francisco, que os define como "um dos legados mais preciosos do

---

[19] PORTELLA, R.; CARVALHO, N. de S. Retorno à grande disciplina. *Revista de Cultura Teológica*, [S.L.], n. 101, p. 206-228, 30 abr. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.23925/rct.i101.55312. Acesso em 12 ago. 2026.

[20] FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. Vaticano: 2013, 46. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em 12. ago. 2026.

[21] FRANCISCO, 2020, § 8.

Concílio Vaticano II"[22]. Esses movimentos desafiaram as estruturas históricas de poder clerical, convocando uma corresponsabilidade entre todos os fiéis católicos.

No plano político, o pontificado de Francisco também reaproximou a Igreja de pautas progressistas de alcance global: o combate à desigualdade, a denúncia do neoliberalismo e a defesa dos direitos dos migrantes. Documentos como Fratelli Tutti (2020) reforçam essa perspectiva, propondo uma ética do cuidado e da fraternidade universal. Nesse sentido, o papa latino-americano recolocou a Igreja no debate público internacional, não como poder moralizante, mas como voz ética que denuncia a lógica da indiferença.

Em suma, o pontificado de Francisco pode ser compreendido como o esforço mais coerente de retomar o impulso original do Concílio Vaticano II, qual seja, o de uma Igreja aberta ao diálogo, encarnada e comprometida com os pobres, reinterpretada em chave global e ecológica. As tensões que o atravessam não são sinais de fraqueza ou declínio de seus ideais, mas antes demonstração de vitalidade: expressão de um corpo eclesial que, ao buscar fidelidade à sua tradição, se vê interpelado pelas urgências do presente.

5. O Sínodo da Amazônia como atualização conciliar

O Sínodo Pan-Amazônico, realizado em Roma em outubro de 2019, constitui um marco teológico e pastoral muito importante na história recente da Igreja Católica. Convocado por Francisco após anos de preparação e escuta nas comunidades amazônicas, o Sínodo retomou de maneira explícita o espírito conciliar do Vaticano II sob uma ótica de conversão ecológica e cuidado da casa comum. A proposta para o sínodo, desde sua convocação, era de que os esforços sinodais pudessem promover uma articulação entre "a região amazônica, considerada 'pulmão do mundo' para os desafios ecológicos do planeta terra, com uma questão essencial para a Igreja

[22] FRANCISCO, Papa. *Constituição Apostólica Episcopalis Communio*. Vaticano: 2018. § 1. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_constitutions/documents/papa-francesco_costituzione-ap_20180915_episcopalis-communio.html. Acesso em 12. ago. 2026.

católica: a exigência de novos caminhos teológicos e pastorais em sua prática litúrgica e estrutura ministerial"[23].

O Documento Final do Sínodo da Amazônia[24] propõe uma eclesiologia encarnada, com "rosto amazônico", fundada na escuta dos povos originários e na valorização de suas cosmologias fala-se da inculturação social e espiritual frente à cultura dos povos sofredores da Amazônia[25], da inculturação da liturgia e da convivência ecumênica entre seus ritos e religiões[26]. Essa noção de rosto local, presente também nos textos conciliares (*Ad Gentes*, *Lumen Gentium*), expressa a convicção de que a fé cristã só se realiza plenamente quando se incultura na história concretas dos povos. Nessa perspectiva, o Sínodo representa uma atualização prática do Vaticano II. Retornando às raízes calcadas no Concílio, ele revela uma Igreja em constante devir no que diz respeito às causas sociais de libertação, dentre as quais se imbricaram, não por acaso (mas por afinidade) outros tópicos emergentes para a Igreja - como a temática dos direitos indígenas e de gênero e sexualidade, por exemplo.

Considerações finais

A relação entre o Concílio Vaticano II, a Teologia da Libertação e o Sínodo da Amazônia é evidente. Desde Medellín, a Igreja latino-americana compreendeu que o Evangelho não pode ser anunciado fora das contradições históricas de seu tempo. O Sínodo retoma essa intuição, mas a expande, articulando a libertação social à libertação ecológica. Como destacou Francisco, "a chamada por Deus exige uma escuta atenta do grito dos pobres e ao mesmo tempo da terra"[27]. Segundo a percepção do Sínodo, há na Igreja da Amazônia (como no evangelho de João), um verbo que se encarna na realidade do povo pobre e oprimido: a luta compartilhada, de onde virá a salvação e a

[23] SUESS, P. A proposta do Papa Francisco para o sínodo pan-amazônico de 2019: sinodalidade, missão, ecologia integral. *Perspectiva Teológica*, [S.L.], v. 51, n. 1, p. 15, 29 abr. 2019, p. 17. Disponível em: https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/4130. Acesso em: 12 ago. 2026.

[24] *Documento Final do Sínodo para a Amazônia*. Novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral. Vaticano: 2019. Disponível em <https://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20191026_sinodo-amazzonia_po.html>. Acesso em 13 set. 2025. n.p.

[25] FRANCISCO, 2020, § 76

[26] FRANCISCO, 2020, § 106.

[27] FRANCISCO, 2020, § 52.

libertação, ao lado de uma Igreja que "promove a salvação integral da pessoa humana, valorizando a cultura dos povos indígenas, falando de suas necessidades vitais, acompanhando os movimentos em suas lutas por seus direitos"[28]. A encíclica *Laudato Si'* (2015) já havia preparado o terreno para essa virada teológica. Sua proposta de ecologia integral forneceu o horizonte conceitual para compreender a Amazônia não apenas como bioma, mas como sujeito teológico. O Sínodo traduziu a máxima "tudo está interligado" em uma prática eclesial concreta: escutar os povos e a Terra como fontes de revelação. A partir desse princípio, a Amazônia deixa de ser periferia para tornar-se centro hermenêutico da fé cristã contemporânea.

O Documento Final do Sínodo propõe uma "Igreja com rosto amazônico e coração universal", expressão que sintetiza a tensão criativa entre local e global, particular e católico. Essa formulação ecoa a *Gaudium et Spes* (1965), para a qual a Igreja só compreende a si mesma quando se compromete com as alegrias e angústias do mundo.

Como ocorreu no Vaticano II, o Sínodo da Amazônia também despertou resistências internas. Setores ultraconservadores o acusaram de sincretismo e relativismo doutrinário, sobretudo por sua abertura ao diálogo com as religiões indígenas e pela discussão sobre a ordenação de homens casados (*viri probati*). Tais reações reiteram, sob nova forma, as mesmas tensões que acompanharam a recepção conciliar: o embate entre uma Igreja de poder e uma Igreja de comunhão, entre uma teologia de controle e uma teologia de escuta. Apesar disso, o processo sinodal evidenciou a maturidade teológica e pastoral da América Latina, cuja contribuição se expressou na ampla consulta a comunidades, associações e organizações populares, transformando o Sínodo em um verdadeiro espaço de aprendizado e corresponsabilidade eclesial.

Do ponto de vista simbólico, o Sínodo da Amazônia pode ser compreendido como um novo *aggiornamento*, uma segunda recepção ou uma nova versão do Concílio Vaticano II. Se o Concílio abriu a Igreja ao mundo moderno, o Sínodo abriu a Igreja ao planeta, convocando-a a repensar sua missão em tempos de crise ecológica e civilizatória. A opção preferencial pelos pobres se expande, tornando-se também uma opção pela Terra, pelos rios, pelas florestas e pelos povos que as habitam. Essa ampliação da noção de "povo de Deus" (dos quais a Terra é mãe) é uma das maiores contribuições teológicas do pontificado de Francisco para a Igreja Católica e para o mundo.

Nas palavras de Francisco, "o processo sinodal tem não apenas o ponto de partida, mas também o seu ponto de chegada no Povo de

[28] *Documento final do Sínodo para a Amazônia*, 2019, § 48

Deus", ou seja: trata-se de uma prática eclesial em movimento, na qual o Evangelho se deixa afetar pelas dores e esperanças do mundo, dos homens e das mulheres. Nesse sentido, o Sínodo da Amazônia pode ser percebido não apenas como um evento isolado, mas como o ponto culminante de um itinerário iniciado no Vaticano II e amadurecido na América Latina. Ele representa a confirmação de que o caminho da Igreja deve ser o caminho da escuta, da encarnação e do diálogo.

A novidade das propostas de ecologia integral e de Igreja com rosto amazônico, advindas da *Laudato Si'* e do Sínodo, representam uma das expressões mais consistentes da continuidade hermenêutica do Concílio Vaticano II. Ao articular as dimensões social, cultural e ambiental na fé cristã, o pontificado de Francisco consolidou uma agenda teológica que traduz o *aggiornamento* conciliar para o contexto prático das crises contemporâneas. O Sínodo da Amazônia, nesse sentido, não apenas reafirma a atualidade dos princípios do Vaticano II, mas demonstra sua capacidade de gerar novos paradigmas eclesiológicos e pastorais. Nesse sentido, a ecologia integral se configura como categoria teológica central para compreender a missão da Igreja no século XXI: um projeto que integra fé, justiça e cuidado com a criação como fundamentos inseparáveis de uma mesma práxis cristã.

Referências

BEOZZO, J. O. O Vaticano II e as transformações culturais na América Latina e no Caribe. *Ciberteologia*: *Revista de Teologia e Cultura*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 1-44, dez. 2005. Disponível em: https://ciberteologia.com.br/images/post/pdf/edicao_20231220110844.pdf. Acesso em: 05 maio 2026.

BOFF, L. Ecologia e Teologia da Libertação. *Leonardo Boff*, 04.12.2019. Disponível em <https://leonardoboff.org/2019/12/04/ecologia-e-teologia-da-libertacao/>. Acesso em 23 set. 2025, n.p.

BOFF, L. *Ecologia:* Grito da terra, grito dos pobres. São Paulo: Ática, 1995, p. 178.

BRIGHENTI, Agenor. Medellín e teologia da libertação: muito mais que uma relação histórica. *Horizonte*, Belo Horizonte, v.16, n.50, pp.544-575, mai. 2018.

CELAM. *Conclusões de Puebla*. São Paulo: Loyola, 1982.

CONGAR, Y. *Vaticano II: uma nova leitura*. São Paulo: Loyola, 2005.

Constituição Gaudium et Spes. In: *Documentos do Concílio Vaticano II*: constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 1966.

DOCUMENTO DE APARECIDA: Texto Conclusivo da V Conferência do Episcopado Latino-americano e do Caribe, edições CNBB, Paulinas, Paulus, 2007.

DOCUMENTO FINAL DO SÍNODO PARA A AMAZÔNIA. Novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral. *Vaticano*: 2019. Disponível em <https://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20191026_sinodo-amazzonia_po.html>. Acesso em 13 set. 2025. n.p.

DUSSEL, E. *História da Igreja na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Laudato Sí*: Sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

FRANCISCO, Papa. *Constituição Apostólica Episcopalis Communio*. Vaticano: 2018. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_constitutions/documents/papa-francesco_costituzione-ap_20180915_episcopalis-communio.html. Acesso em 12. ago. 2026.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. Vaticano: 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em 12. ago. 2026.

FRANCISCO, Papa. *Querida Amazônia*: Exortação Apostólica pós-sinodal ao povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade. Coleção "Voz do Papa". Doc. 209. São Paulo: Paulinas, 2020.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes. 1986.

MURAD, A. Ecoteologia: ciência da fé e espiritualidade. *Revista Pistis & Praxis, [S. l.]*, v. 12, n. 3, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.7213/2175-1838.12.003.DS01. Acesso em: 12 ago. 2026.

PORTELLA, R.; CARVALHO, N. de S. Retorno à grande disciplina. *Revista de Cultura Teológica*, [S.L.], n. 101, p. 206-228, 30 abr. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.23925/rct.i101.55312. Acesso em 12 ago. 2026.

SILVA, M. F. da. Uma eclesiologia de comunhão. *Revista de Cultura Teológica*, [S. l.], n. 76, p. 119–137, 2013. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/culturateo/article/view/14996. Acesso em: 6 maio. 2026.

SUESS, P. A proposta do Papa Francisco para o sínodo pan-amazônico de 2019: sinodalidade, missão, ecologia integral. *Perspectiva Teológica*, [S.L.], v. 51, n. 1, p. 15, 29 abr. 2019. Disponível em: https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/4130. Acesso em: 12 ago. 2026.